



Anais da Assembléia

N.º 19

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 22ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Wilson Fortes e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho e Luiz Alberto Oliveira (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 135/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública, a "COLSAN Londrina — Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue", com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer favorável da CCI., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 135/76.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Wilson Fortes e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan

Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato e Jayme Rodrigues Carvalho (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O Sr. Enéas Faria — (Pela ordem) Sr. Presidente, ocorre-me uma dúvida muito grave. É que, jungido pela dúvida, queria ter conhecimento exato.

Ocorre, Sr. Presidente, que estamos em processo de deliberação. Então formularia à Mesa, esta questão de ordem, esta consulta: se para deliberar, é necessário o quorum de instalação da sessão? Ou se para deliberar é necessário o quorum da maioria estabelecida pelo Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responde a questão de ordem de V. Exa.

Realmente, para deliberação, há necessidade de quorum de maioria absoluta, metade mais um dos Srs. Deputados. Para a instalação dos trabalhos, de um terço dos Senhores Deputados.

Constatada a existência de um terço dos Srs. Deputados, a Presidência abre os trabalhos; agora a Presidência consulta V. Exa., V. Exa. pretende verificar se há número suficiente para que se continuem os trabalhos?

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, parece-me, que visualmente, há número para esta fase dos trabalhos.

Entretanto esta questão de ordem teria sido noutro sentido, mas procurarei formulá-la com mais clareza, numa outra oportunidade e dirimir as dúvidas que podem estar ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência levará em consideração.

Está em discussão a ata. — (Pausa). — Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor Deputado do Estado de São Paulo, Senhor Antônio Rodrigues dos Santos Júnior, encaminhando cópia da Moção, objetivando apelar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de não permitir que seja criado no Brasil o patenteamento das sementes produzidas em solo brasileiro. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na ata dos trabalhos do

dia de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Comendador ORLANDO CECCON, ontem ocorrido, nesta Capital.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana, onde o falecido gozava de notável prestígio.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do professor CARLOS BODZIAK JÚNIOR, catedrático da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, ocorrido ontem, dia 21, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

O professor CARLOS BODZIAK JÚNIOR, nascido em Curitiba, no dia 15 de maio de 1912, formou-se em Engenharia Agrônoma, no ano de 1941, pela então Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná.

Exerceu inúmeros cargos, tanto no serviço público como no educacional, deixando uma bagagem de relevantes serviços prestados à coletividade.

No Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas foi um dos grandes colaboradores, sendo que respondeu interinamente pela direção daquele órgão técnico-científico diversas vezes, além de chefiar a Divisão de Pesquisas Agrônomicas, bem como chefe de sua Divisão de Solos.

Representou o Paraná em diversos congressos, simpósios e cursos na esfera nacional, entre eles: o da Divisão de Experimentação e Pesquisas, no Instituto Agrônomo de Campinas, Estado de São Paulo; Congresso Panamericano de Agronomia, em Piracicaba (São Paulo); Curso de Especialização em Produtos Vegetais, e outros tantos, que são desnecessários enumerar. Foi membro nato da Associação Brasileira de Normas Técnicas, além de presidente do Plano Geral de Combate à Erosão e Proteção aos Mananciais do Estado do Paraná, em 1956.

Aposentado há pouco pelo Instituto de Biologia, o professor Bodziak continuava lecionando na Escola de Agronomia, como catedrático na cadeira de Química Agrícola, onde era muito benquisto pelos companheiros, professores e alunos daquele estabelecimento de ensino.

Seu passamento deixa uma lacuna difícil de ser preenchida, pois em vida deixou exemplos dignificantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao tenente-brigadeiro Sílvio Gomes Pires, Diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, e ao brigadeiro do Ar, Saulo de Mattos Macedo, comandante de Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOIG), reiterando apelos já feitos pelo Governador e Vice-Governador do Estado, no sentido de que sejam iniciadas o mais urgentemente possível as obras de ampliação da pista de pouso do Aeroporto de Londrina.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a ampliação da pista do Aeroporto de Londrina, em mais de 600 metros, aquela progressista cidade do norte paranaense passará a ter condições de receber todos os tipos de jatos comerciais em operação no território nacional, com carga

completa. Em vista de tal situação, inclusive, a Transbrasil que mantinha dois vôos diários a Londrina, suspendeu um deles, o que está causando prejuízos à população não só de Londrina, mas de toda a região, incluindo a nossa cidade, Cornélio Procopio. Daí os motivos de nossa solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Ao retornar de Paranaguá, assumo esta tribuna, para transmitir aos nobres Pares o sentimento de pavor e revolta que domina a população da terra de Fernando Amaro, pelos riscos de eclosão de verdadeira tragédia, diante do pouco caso e do desinteresse tributado a apelos anteriores dos quais fui porta-voz, quando das explosões ocorridas no cais do Porto. Naquela ocasião, evidenciada a deficiência dos equipamentos do Corpo de Bombeiros de Paranaguá, dirigi apelos, procurando conscientizar as autoridades dos perigos, da falta de condições do material existente na guarnição de Paranaguá, para o combate às chamas, de grandes ou médias proporções. Agora, quando três edificações foram consumidas por incêndio, muito embora o alarme fosse dado no início do sinistro, mais uma vez se patenteou a impossibilidade de um combate eficiente ao fogo, tão somente em virtude do equipamento obsoleto, imprestável, antigo e deficiente, ao ponto de determinar solicitação de socorro à Capital, três prédios foram totalmente consumidos, pois o fogo não dá tréguas, não atende apelos e não espera providências para ser combatido. Pela irracionalidade, tem inclusive o direito de se fazer indiferente ao pavor, ao sofrimento, dos que, por culpa da administração pública, são forçados a assistir a destruição dos seus bens, o aumento dos seus prejuízos, ou aquilatar diante do infortúnio alheio, os riscos que também enfrentam. E tudo isto por que providências reclamadas e flagrantemente necessárias são adiadas, por comodismo ou insensibilidade. Tal procedimento revolta e apavora.

Os fatos são latentes. Paranaguá conta com pessoal altamente especializado no combate às chamas, mas, por falta de equipamentos, sua população assiste o fogo consumir lares, ameaçar quarteirões e, como recurso, só a esperança e a fé em Deus constituem o lenitivo para o desespero e o pavor. Até quando?

Prever e prevenir é a obrigação dos conscientes. Apelar é o direito dos que só podem pedir, por não exercerem condições de mando. Por isto, mais uma vez e em reiteração, apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de todos os paranaenses, apelo ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública, apelo a quem for preciso, pedindo, solicitando, implorando, que o Estado equipe a guarnição do Corpo de Bombeiros de Paranaguá com material eficiente, dando-lhe efetivas condições próprias para enfrentar a voragem dos incêndios. Peço tranquilidade e segurança para uma população ordeira e obreira. Clamo por providências, para não acusar por omissão e descaso, pois os riscos são latentes e o suceder deles está a permitir a antevisão de que Paranaguá só estará garantida e o seu povo terá mais tranquilidade, quando contar com um Corpo de Bombeiros bem equipado, bem preparado, para enfrentar incêndios, médios sinistros ou riscos de catástrofes. Ao fazer este apelo, o transformo em advertência, para que os omissos, mais tarde, não queiram transformar-se em carpideiras da desgraça que poderá atingir Paranaguá e do infortúnio que poderá envolver lares e famílias.

Espero, em nome de um povo, ser ouvido e atendido.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Bento Munhoz da Rocha já dizia, que o homem que dirige, precisa saber sofrer, para poder amar.

E isto nós constatamos, Sr. Presidente, nesse dinâmico trabalho que vem desenvolvendo frente ao Poder Executivo de nosso Estado, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, um homem que, como empresário, como agricultor, conhece o sofrimento do povo do interior.

No sábado passado, fez a entrega, na minha região, de mais uma importante obra, esperada por toda a população e que vinha reivindicando há muitos anos, que é a ponte, sobre o Rio Ivaí; uma ponte, com 301 metros de vão, ponte esta que interligou os municípios de São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, interligando toda a região do Vale do Ivaí.

Está em execução, uma estrada que liga São João do Ivaí a São Pedro do Ivaí, Bom Sucesso, e Jandaia do Sul.

Anunciou ainda S. Exa. a pavimentação da estrada de São Domingos, Borrazópolis, Kaloré, Marumbi e Jandaia do Sul. Uma estrada ainda da Placa-Luar, São João do Ivaí, Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, indo até Cianorte.

Mas este trabalho é graças ao reconhecimento da dedicação daquele povo que há tantos anos vive naquela região e que passa as maiores dificuldades por falta de comunicação.

O Sr. Governador do Estado que na iniciativa privada, antes de assumir o Governo, já conhecia do Norte do Paraná, como empresário, possuía naquela região, uma máquina de benefício de café e compra, é que sabe a dificuldade que aquele povo tinha na hora de entregar a sua produção. Depois das dificuldades das viagens e de sofrimento por que passa o trabalhador, na hora da entrega não tinha meio de locomoção.

E hoje, nós vemos coroado de êxito este trabalho com a entrega da ponte que muito veio beneficiar aquela região. E aquelas estradas estão em andamento. Foi recebido, o Sr. Governador e a sua comitiva, com uma grande festa às margens do rio Ivaí, festa esta, direta do povo, sem qualquer despesa ao Governo do Estado ou à Prefeitura. Contribuição de agricultores que foram para lá e deram a sua participação e nós tivemos a oportunidade de assistir e ver o entusiasmo daquele povo no recebimento desta importante obra.

Obra esta que nós estamos vendo ser executada em todo o Estado do Paraná em todos os setores: rodoviário, do ensino. E representando e procurando interpretar o pensamento dos municípios que represento naquela região, quero apresentar, neste momento, um requerimento fazendo um apelo aos Srs. Deputados para que o aprovem — congratulando-me com S. Exa. o Sr. Governador pela entrega desta importante obra do Vale do Ivaí. (Lê):

“Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de congratulação ao Senhor Governador do Estado, pela entrega da ponte sobre o rio Ivaí, importante obra para a região, assim como as estradas em execução naquela região.

Que da aprovação seja dado ciência ao Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1977.”

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Hoje quero dar os meus parabéns aos jovens da ARENA que, cheios de esperanças, cheios de idealismo e de horizonte, resolvem participar da eleição do Diretório Municipal de Curitiba, enfrentando a poderosa máquina do dono do

Paraná, S. Exa. o Sr. Ministro Ney Amintas de Barros Braga.

A coragem cívica destes jovens, de carreiras nati-mortas, pois serão destruídos pela máquina neyista, deve ser aplaudida porque elas vão enfrentar exatamente as arcaicas estruturas que o Partido do Governo e do Ministério mantém em Curitiba: o empresário Mário Petreli, magnata dos seguros e das comunicações, grande amigo do Ministro, e o antigo político Aristhides Simão, companheiro de Ney nos idos de 1950, quando os sonhos do Exmo. Ministro não eram tão altos como são hoje.

Portanto, não quero ser chamado de intrometido em assuntos da ARENA mas interessa a política quando jovens resolvem derrubar arcaicas estruturas e elevam suas vozes contra aqueles que se arvoram em donos do Paraná. Os jovens fazem soar as suas vozes na abertura do inverno como se uma nova primavera, toda florida, chegasse ao nosso Estado e dissesse um basta aos que querem ser os donos da verdade, os donos da moral e os donos da justiça e não ensinam nem a seus filhos que a verdade é uma só, a moral não convive e não compatibiliza com a imoralidade representada pelos que recebem salários sem prestar serviços; e a Justiça é uma só, não tem dono, não aceita intromissões nem dependências.

Senhores da ARENA, curvo-me ante a vossa coragem — talvez, mais forte até que muitas das ações nossas da oposição — pois jovens, idealistas e patriotas, representam a vanguarda que tenta salvar o Paraná do seu Carcereiro, dono político de todos os seus feudos mas que pode perder a sua maior cidadela, esta mesma Curitiba onde em 1974 vivemos também uma primavera quando o povo repudiou o neyismo e o caciquismo e consagrou Leite Chaves com a eleição que representou o maior protesto de um povo contra os que se arvoram em donos da cidade, mas que não conseguem ser donos do voto do povo”.

Parabéns jovens da ARENA do meu querido Paraná. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Manuseando o jornal “O Estado de São Paulo”, mais uma vez se vê que a dívida interna é superior à dívida externa. De tal sorte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Conselho de Desenvolvimento Econômico declara que pretende reexaminar o preço do trigo.

Embora tardio este desiderato, embora já tenha desalentado tantos agricultores e, mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pretensão do Governo é de alterar o preço de Cr\$ 170,40 (Cento e setenta cruzeiros e quarenta centavos), para Cr\$ 183,00 a 190,00, fala-se que o preço a ser estabelecido seria, basicamente, de Cr\$ 183,00 a saca deste importante cereal

Fala-se do confisco da soja; o Sr. Ministro da Fazenda, o mesmo que instituiu a “simoneta”, já declara que não há, nem haverá confisco da soja.

O Governo se preocupa com a elevação dos preços internacionais da soja e se esquece de proteger a pretensão dos agricultores e vai ao Rio Grande do Sul, atendendo, quem sabe, aos interesses dos agricultores, que é elevar o preço em 13 cruzeiros por saca. É desalentadora a situação da agricultura do trigo e o Governo pensa em estabelecer, neste binômio, trigo - soja, a compensação do preço do soja com o trigo. É uma situação vergonhosa para este tipo de agricultura, porque o trigo, muito mais sensível às mudanças climáticas não pode ficar, o preço, aquém de 220 cruzeiros a saca, e esta, reivindicação é da mais sã justiça que faz ao agricultor, não só do Rio Grande, mas do agricultor da região Oeste do Paraná, através da sua cooperativa, que congrega o complexo de cooperativas que é a Cotriguaçu. É insustentável esta posição para o agricultor, de se impingir ao agricultor um preço que está muito aquém da sua possibilidade de plantio. É marginalizar, subjugar o agricultor que se vê impedido de tomar uma

posição, e na hora em que o governo lança o seu chamamento, o agricultor lança seu trigo à terra, mesmo desarvorado, desprotegido de preço justo, como ocorreu aqui no Estado com o café e que agora ascende ao preço exorbitante de quase, ou chega, até a 5 mil cruzeiros, por injunção do comércio internacional. O Governo se declara omisso e se declara impotente para solucionar este problema já que importa o trigo — e aqui fala o nosso Ministro — que pode importar a 1.415 cruzeiros a tonelada, pois aqui custaria, a esse nível, 2.840. E aqui no Paraná não se viu nenhum movimento a não ser de cooperativas, não se viu o Governador do Estado a ter esta preocupação com o trigo. Talvez se preocupe mais com o café, talvez se preocupe mais com outro tipo de produção do Estado, mas o trigo está aí desprotegido, como ocorreu com o gado da Rede Ferroviária e é preciso que o Rio Grande do Sul se manifeste. Quanto à soja, também é preciso que o Rio Grande do Sul se manifeste, embora seja hoje o Paraná o maior produtor de soja de todo este Brasil. Vai aqui o nosso desalento, o nosso protesto e ao mesmo tempo o nosso apelo ao Governo do Estado, para que tome posição de Governo e reivindique no Governo Federal uma posição mais alentadora para que o agricultor possa plantar trigo e ter preço que o Governo propalou há muito tempo: “plante que o Governo garante”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o quarto orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “As cifras já revelam que a redução da velocidade nas estradas brasileiras, está provocando a redução de acidentes, além da economia de combustível.

As importâncias gastas no Brasil com os acidentes, de modo geral, nas indústrias, na construção de prédios e de estradas, e nas próprias rodovias e nas cidades, foi superior só no ano próximo passado, ao total dispendido na importação de petróleo.

Além, depois, do imenso desperdício de dinheiro, ocorreu prejuízo maior se contarmos a inutilização do patrimônio humano, invalidado ou morto. E esse é irrecuperável, lamentavelmente.

Precisamos, pois, Senhores Deputados, influir no aumento ou agravamento das penalidades a serem impostas aos criminosos do trânsito, para os quais a lei é benigna, quando não indulgente.

A primeira penalidade ao infrator das leis do trânsito, desde que ocorresse lesões corporais, deve ser a apreensão da carteira de motorista, bem como a do próprio veículo se o motorista não prestasse os primeiros socorros à sua vítima.

A entrega de veículos a não habilitados, ainda que não causadores de acidentes deveria ter penalidade bem grave. O que se passa nas grandes concentrações de automóveis, no Brasil, é impressionante.

VEJAMOS AS CIFRAS:

1 — Tóquio, a capital do Japão, onde o número de veículos é três vezes maior do que os da cidade de São Paulo, — o número de acidentes foi de um décimo dos ocorridos na capital paulista, graças à educação do povo japonês e ao rigor das leis de trânsito.

2 — Em Curitiba, no mês de maio de 1976, foram aplicadas 12.116 multas, graças ao policiamento ostensivo e por ser a nossa bela cidade, a primeira da América do Sul a utilizar o sistema de televisão em circuito fechado para o controle do tráfego.

3 — Em Londrina, a colméia do trabalho paranaense, só em seis meses, do último ano, 327 pessoas ficaram feridas e 25 morreram em acidentes de trânsito.

Outro dado interessante é a faixa etária que está mais sujeita ao acidente de trânsito.

Em nossa Capital a proporção foi a seguinte:

IDADE:

18 - 20 anos : 3,75%

21 - 25 anos : 17,50%

26 - 30 anos : 22,50%

31 - 35 anos : 13,12%

36 - 40 anos : 15,00%

41 - 45 anos : 9,37%

46 - 50 anos : 7,50%

51 - 56 anos : 6,87%

56 - 60 anos : 3,12%

mais de 60 anos : 1,25%.

Assim, Senhores Deputados, entendemos que a expedição de novas carteiras de motoristas, mesmo de amador, deve ser efetuada com o máximo rigor das leis, e as expedidas, com mais de cinco anos de vigência, devem ser revisadas, SEM DESPESAS PARA O MOTORISTA.

Assim concluímos que pelas razões expostas, seria de grande oportunidade que esta Casa de Leis fizesse sentir ao Exmo. Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, dos nossos propósitos de fortalecer o sistema de prevenção e de repressão aos violadores das leis de Trânsito, e da Segurança Industrial, porque o patrimônio humano e econômico do Brasil está sofrendo danos irreparáveis”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, quinto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há um ano atrás, aproximadamente, encontrava-me eu nesta tribuna reclamando providências imediatas e enérgicas do Governo do Estado e do Secretário de Segurança, contra o estado calamitoso que se encontrava e encontra-se a Corporação de Bombeiros de Paranaguá.

Naquela oportunidade, lembram-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as manchetes dos jornais diziam mais ou menos o seguinte: “Paranaguá, quase voa pelos ares”.

Isso porque, naquela oportunidade, irrompeu um sinistro no câis de inflamável, e o Corpo de Bombeiros de Paranaguá mostrou-se impotente para debelar as chamas, não, pelo seu pessoal, pelo elemento humano que é excelente, que é capaz, mas sim, pelas condições técnicas obsoletas dos veículos e do equipamento que Paranaguá conta para tal desiderato. Nós não podemos concordar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma cidade como Paranaguá, carreadora de divisas para a Nação, veja-se ao desplante de nossa autoridade, que não sentindo os apelos que fazemos desta tribuna, insensíveis aos nossos reclamos, deixe de atender uma cidade como o Porto de Paranaguá, o corredor de exportação.

A cidade hoje está inquieta, a cidade hoje está com os seus habitantes em verdadeiro pânico, sobressaltada por um sinistro ocorrido nas últimas 72 horas. Eis que na madrugada de sábado para domingo, um incêndio que irrompeu em pequenas proporções, que poderia ser debelado de imediato, quando o Corpo de Bombeiros de Paranaguá chamado acudiu, os homens prontamente, tentando debelar chamas, mas não conseguiram atingir seus objetivos, porque o seu equipamento de péssima qualidade não dava condições para tal. Voltaram ao seu destacamento, demorou uma hora para que eles retornassem ao local, quando, naquele instante, já estava no local também uma Corporação de Curitiba, que levou 50 minutos para ir de Curitiba a Paranaguá; o Corpo de Bombeiros de Paranaguá, levou uma hora para cobrir esse percurso, mais do que o tempo necessário que uma viatura do corpo de bombeiros daqui levou para ir de Curitiba a Paranaguá.

É evidente que hoje, naquele prédio no centro da cidade, reina um aspecto sombrio, ruínas apenas, quatro paredes, porque uma farmácia, um motel, uma mercearia, e uma loja de utensílios domésticos, foram dizimados pelas chamas.

Nós que somos representantes daquela cidade, não podemos admitir que este clima de insegurança paire sobre os habitantes.

É mais uma vez, encontramos-nos aqui, pedindo às autoridades que envidem seus esforços, conjugando uma operação Governo do Estado, Município, Porto de Paranaguá, mas o que não se pode admitir, não se pode compreender é que Paranaguá, a exemplo de outras cidades, Paranaguá, não por ser um super-Porto, não por ser um corredor de exportação, mas por ser sim, a cidade que carrega divisas para o Paraná e para o Brasil, fique à mercê de sinistros pequenos que tomam grandes proporções, porque não têm condições de serem debelados.

Isso já disse, repito, retifico, não por culpa do seu pessoal, do elemento humano, mas sim, por culpa do material obsoleto que está lá em Paranaguá, em condições de ser inteiramente renovado.

É isso que nós reclamamos, clamamos através de expediente que endereçamos à Mesa, a fim de que tentemos sensibilizar as autoridades, que Paranaguá, doravante, possa contar, mercê de Deus e do bom senso dos nossos governantes, de equipamento razoável, não moderno e sofisticado, mas razoável, para que possa debelar as chamadas que de vez em quando assolam aquela cidade; sinistros que irrompem numa cidade tri-centenária onde as casas antigas são facilmente carbonizadas.

E, o nosso reclamo é da mais alta valia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, razão pela qual peço que os Srs. Deputados que compõem este Legislativo, irmanem-se conosco, também levantem suas vozes, no sentido de que o nosso principal porto de exportação, o pulmão de pedra do Paraná, não tenha as suas casas, os seus armazéns, as suas construções, à mercê de sinistros que irrompem vez por outra naquela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trazemos hoje, à consideração do Plenário, o seguinte requerimento: (Lê):

“SÚMULA:

O Deputado Osório Valter Pietrângelo, requer à Mesa, o envio de expediente ao Ministério da Previdência Social, sugerindo a criação de órgãos específicos para assistência médica e aposentadoria, nos moldes dos extintos IAPs, assim como a necessária adequação de departamento coordenador e fiscalizador dos mesmos, além de estabelecimento de índices proporcionais de contribuição, variáveis conforme os salários percebidos pelo empregado, com conseqüente rebaixamento da taxa imposta ao trabalhador que percebe o salário-mínimo”.

Em síntese, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós desejamos na justificativa que daremos conhecimento ao Plenário, demonstrar que o Instituto Nacional de Previdência Social é uma entidade realmente falida, e procuramos sugerir ao Ministério da Previdência e Assistência Social, a extinção sumária do INPS e a procura de novos caminhos. E talvez um deles seja, realmente a descentralização da Previdência Social Brasileira. Semelhante ao sistema anterior que era constituído pelos IAPs, IAPTEC, IAPB, IAPI etc.

A justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós alinhavamos a seguinte argumentação, que passamos a ler: (Lê):

“Efetivamente, a unificação dos órgãos previdenciários sob a égide do Instituto Nacional de Previdência Social não conduziu aos resultados preconizados quando da extinção dos antigos IAPs.

De fato, o órgão que hoje engloba os erradicados institutos de aposentadoria e previdência social está fatalmente fadado

ao insucesso, tendo sido inclusive prevista a falência do mesmo, ainda antes do ano de 1980, a se perdurar a crescente escala de endividamento sobejamente de conhecimento público.

Patenteada como falha a estrutura funcional do INPS é de se inquirir sobre o porquê de seu elevadíssimo débito, praticamente insolvente mesmo a longo prazo, uma vez que a tendência é para sua contínua e acelerada elevação.

Para ilustrar, vale aqui registrar que o órgão devia cerca de 1,5 bilhão de cruzeiros a hospitais credenciados, referentes a serviços de atendimento médico prestados no último trimestre do ano passado e são, em sua maioria, conforme notícia o jornal “O Estado de São Paulo” em sua edição de 17 de fevereiro, conseqüência de contas glosadas pelos avalaiadores do Instituto e ainda não pagas, sendo que a Federação Brasileira de Hospitais, preocupada com os prejuízos causados pelo mesmo, começou a se mobilizar, recebendo promessa de que o débito seria saldado até o dia 28 de fevereiro.

É necessário lembrar atitudes isoladas de represália por parte de diversos hospitais, como o Santa Rita e o Santa Helena, de Belo Horizonte, que se recusaram a atender segurados, enquanto não recebessem suas contas que atingem 10 milhões de cruzeiros.

E o problema financeiro do INPS foi motivo de reconhecimento de falhas por parte de seu próprio presidente, que concordou em afirmar ser o Instituto responsável pelas irregularidades ocorridas nos hospitais particulares, pois é ele quem dita as regras do jogo, classifica os hospitais, estabelece o preço das diárias e que determina como as contas devem ser pagas, a forma como devem ser apresentadas e que também as analisa antes de saldá-las, devendo portanto, responder pelas distorções registradas.

Desconheço o montante do débito do INPS para com os hospitais do Paraná, mas pressumo que haja um ombreamento de contas semelhante às dos estabelecimentos baianos, mineiros, paulistas e capixabas.

É fácil aquilatar a situação de insolvência para a qual caminha o INPS e que, dentro de poucos anos, lhe será fatal, dado o seu posicionamento simplesmente deficitário.

No aspecto funcional, no campo assistencial, pesadamente se constata ser o INPS o órgão federal mais vulnerável aos ataques constantes desferidos pela Imprensa, pela própria classe médica, pelas empresas e principalmente nos círculos de conversações, no bate-papo amigável no ambiente doméstico e nos pontos de encontro de seus dependentes.

Se o que se ouve ou se lê, fosse pontilhado de um ou outro depoimento elogiável à atuação do órgão, era de se esperar um gradativo aperfeiçoamento com vistas à uma razoável posição. Entretanto, a ladainha é extensa e as invocações são chorosas e de críticas justificadamente revoltadas.

É desumano o que este organismo vem fazendo com o sofrido povo brasileiro. É humilhante a dependência do Instituto Nacional de Previdência Social. É insatisfatório o seu atendimento. Sua apática atuação exaspera seu dependente.

O INPS é de fato, uma vergonha nacional tendo inclusive, contribuído sobremaneira para a desmoralização da própria classe médica, cuja mão-de-obra praticamente por ele absorvida tornou-se por demais mecânica e menos humana.

Para comprovação da ineficácia do atendimento proporcionado pelo INPS, basta apontar as quilométricas e famigeradas filas que circundam quarteirões e que cujos componentes, invariavelmente atravessam a noite aguardando a abertura do guichê onde o espera uma senha que o introduzirá em verdadeiro labirinto de entra e sai, senta e espera, sobe lá e volta aqui e que culmina com um frio e desesperançoso “volte dentro de trinta dias e veremos o que poderá ser feito”.

Como agravante, o tratamento dispensado não difere da atenção proporcionada a indigentes em outros setores médicos, notadamente os das redes oficiais dos Estados. Esquece

o INPS que seus segurados são, antes de tudo, infalíveis contribuintes, cujas participações são automática e religiosamente descontadas nas folhas de pagamento. Outro gritante aspecto a ser analisado e prontamente condenado é o tempo perdido que o dependente dispende por ocasião da necessidade da assistência por parte do instituto. Se computado, o resultado mostrar-se-ia como altamente prejudicial à economia nacional.

Ainda, como atestado da falência assistencial do INPS, aponta-se o volume de consultas e que mesmo em número limitado ao dia, a rapidez com que são efetuadas, conduzem a diagnósticos duvidosos.

Por outro lado, a existência de insignificante número de postos assistenciais no Interior do Estado, obriga os beneficiários que moram em cidades distantes, a viajar até cerca de 150 kms ou mais, em busca de atendimento, isto depois de submeter-se à nefasta e atravancada burocracia dos escritórios credenciados para a regulamentação dos documentos necessários à expedição de guias para a capacitação ao benefício pretendido.

Para exemplificar, recorro a dados oferecidos pela agência de Maringá que conta com 123.657 segurados daquela cidade, sendo 195.750 o total abrangido por toda "Região".

Saliente-se que o número de municípios centralizados pela agência em Maringá é de vinte e quatro.

Do quadro acima e com 107 médicos credenciados para atendimento a beneficiários de Maringá e da região, deduz-se que o percentual é de 1 médico para cada grupo de quase 1900 contribuintes e se considerando o número de apenas 14 dentistas credenciados, a proporção é de quase 14.000 segurados para cada profissional.

Considerando-se ainda os oitocentos leitos contratados em Maringá e região, chegamos à triste conclusão da disponibilidade de 1 leito para cada grupo de 244 segurados.

Evidenciado está portanto, a impraticabilidade e a insuficiência assistencial do organismo em tela.

E o problema tem o seu motivo de ser.

Aguarda-se que o Ministério da Previdência e Assistência Social, adote a sensata atitude de reconhecer a comprovada incapacidade do INPS na execução do processo assistencial, ao mesmo tempo que proceda seríssimos estudos para uma efetiva adequação à problemática em questão, sob pena de ser envolvido, tal como rolante bola de neve, em um emaranhado indestrinchável de casos insolúveis já caracterizados pela insuficiência, pela péssima qualidade de atendimento, pela excessiva e enervante burocracia e pelo temor de não se chegar a lugar algum.

É de se sugerir às autoridades previdenciárias, a simples extinção do instituto geral — o INPS — e uma subdivisão com conseqüente desaglutinamento dos diversos setores dependentes, ou seja, a criação de departamentos assistenciais para atendimento às classes específicas de trabalhadores. Assim sendo, é seguro e correto eventar a hipótese, nesta altura dos acontecimentos, da necessidade de se estabelecer um departamento para atendimento aos empregados nas indústrias, outro para os comerciários, um terceiro para os bancários, um quarto para os profissionais nos transportes e assim sucessivamente, cada um "de per si", cobrindo todas as categorias profissionais existentes.

Dentro desse conceito, seria altamente louvável, meritório e de excelentes resultados, a criação de departamento dirigido especialmente ao trabalhador rural. Resguardando-se a validade da sigla que caracteriza o órgão como instituição, o responsável pela produtividade agrícola do País, ser-se-ia beneficiado com o que podemos intitular: INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS TRABALHADORES RURAIS.

Seriam todos estes aventados órgãos, coordenados, geridos, supervisionados e fiscalizados pelo próprio Ministério

da Previdência e Assistência Social.

Para respaldar o conceituamento já expressado, já conhecida a confusa situação financeira do INPS, já notória a incapacidade assistencial do órgão, recentemente nos é dada a notícia de medida para redução de internamentos.

Ora, onde encontrará o beneficiado condições, para tratamento domiciliar ou mesmo para adequação física pre-operatória, diante dos atuais salários vigentes no País?

Praticamente, para um aquém do razoável equilíbrio orçamentário, toda a família trabalha, desde o garoto de 7 anos de idade que engraxa sapatos, que entrega jornais ou que até enfrenta um cabo de enxada, até a mão adoentada que lava roupa, cozinha e cuida da casa da patroa, originando a ordem já clássica do chefe da casa que determina: NESTA CASA É PROIBIDO FICAR DOENTE...

Uma pessoa acamada dentro de casa, significa o total desaranjo do mísero orçamento doméstico. É a mão-de-obra inservível, são as corridas à farmácia, quando não ao benzedor ou o apelo aos chás-caseiros. E a preocupação geral oculta um velado convite à própria morte para o restabelecimento da ordem interna.

E provada e reconhecida a falha da política de unificação dos antigos institutos existentes até época recente, o INPS, sob a sigla ienepeessiana, ocorre o Sr. Ministro Nascimento e Silva, com um paliativo pior que a própria enfermidade, qual seja a enunciação de uma reformulação que cria instituto só para assistência médica — o IAMPMS —, e que o FUNRURAL será desmembrado em duas linhas: seguro social e assistência médica. TAL MEDIDA, SE CONCRETIZADA, EM NADA MODIFICARÁ PARA MELHOR O ATUAL QUADRO, COM TENDÊNCIA AINDA PARA AUMENTAR A BUROCRACIA.

Também anunciou o Senhor Ministro, em linhas gerais, mesmo sem oferecer dados suficientes para análise que foram pagos cerca de 4 bilhões de cruzeiros em contas hospitalares e que o INPS está rigorosamente em dia, mas que se deve considerar que um prazo de 45 dias deve ser compreendido como normal, acrescentando que a média de rejeição de contas é de 20 por cento, considerada dentro dos limites previstos. Pode ser considerada pelo Ministério, mas não pelos credores, uma vez que, volto a frizar, a cobrança do INPS da contribuição de seus segurados é a mais religiosa e inapelável do mundo. É descontada na folha mensal do empregado. E o INPS paga seus débitos com juros e correção monetária. É lógico que não. E por sua vez, os fornecedores dos hospitais tem para com eles a mesma complacência exigida pelo INPS?

Claro que não.

Porisso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acredito que o desmembramento da assistência social deva obedecer ao norteamento do atendimento específico, com uma racional e diversificada subdivisão de departamentos alinhados às diversas profissões existentes e reconhecidas e um setor também específico para atendimento às sub-profissões, isto é, aos diversos meios de sobrevivência, inventados pela fértil mente criadora do brasileiro, que chega a se tornar suficiente na manutenção de um lar, prestando-se à instável, insegura e nada dignificante profissão de bóia-fria, isto enquanto os latifundiários assenhoram-se de vastas áreas de terras incultivadas, aguardando tão somente uma rápida e segura valorização mesmo a custo de sua não aproveitabilidade necessária ao aumento de produção sempre reclamado pelos senhores ministros da área econômica, mas que desconhecem a necessidade de efetiva realização de uma generalizada e racional reforma agrária, talvez temerosos de atentar contra a intocabilidade de potentes grupos econômicos, que descarada e abertamente influenciam na política da economia brasileira. COMO SE NOTA, UM ERRO A OUTRO CONDUZ...

E isto é fácil verificar, se levarmos em conta que o crescimento do Produto Interno Bruto, depende essencialmente

do aproveitamento de toda mão-de-obra disponível, o que nunca acontecerá, se a estatística da sub-nutrição, da mortalidade infantil, da tuberculose, do câncer, da esquistossomose, dos acidentes de trabalho, continuar com seus índices assustadoramente crescendo e dominando na cidade e no campo.

E o fator preponderante desse estado de coisas é, sem sombras de dúvida e provado está, a errada política assistencial em execução.

Caso tal situação perdure, gradativamente e em futuro não muito distante, o INPS terá seus recursos inapelavelmente tragados mais pelo auxílio-funeral que pelo próprio auxílio doença e sem querer ironizar, o brasileiro só se dirigirá ao posto de atendimento desse instituto, já portando uma vela na mão e com a certeza de que o retorno à sua casa, será saudado por um paupérrimo velório, onde a pinga corre solta e as piadas dos amigos misturam-se ao pranto dos filhos e da mulher.

Após o aliviar destas considerações hoje expressadas e malgrado possa dar a entender que minhas sugestões para criação de órgãos para assistência à profissão específica, sugere a par, uma elitização de atendimento, apelo à inteligência dos nobres pares que, debruçados sobre o assunto, vislumbrem a gravidade do assunto em questão, meçam a extensão e a profundidade do mesmo, reflitam sobre a influência do mesmo no presente e no futuro desta Nação, já que pelo passado só resta lamentar e conscientizem-se de que ainda há tempo para se lutar pelo respeito e pela dignificação do Homem.

“As sugestões hoje delineadas, tenho convicção, importaria de imediato, na erradicação das hediondas filas, num atendimento médico mais criterioso, humano e respeitoso, além de objetivo e seguro e na abolição e respeitoso, além de objetivo e seguro e na abolição de elevado percentual de burocracia, além de outras conquistas que surgiram paralelamente às já enunciadas, pois seriam consequências das principais, ressaltando-se a necessidade premente do estabelecimento de índices de contribuição proporcionais aos ordenados percebidos pelo empregado, pois não é justa a fixação de contribuição de valor igual para todos os segurados. Em síntese, não é justo se descontar 8 por cento do empregado sem qualificação e a mesma importância de quem, pela sua capacitação intelectual ou profissional, percebe salários superiores aos mínimos vigentes no País.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cito o Instituto de Previdência do Estado, como órgão de atendimento assistencial específico dos servidores públicos do Paraná, como prova cabal e incontestável da validade das sugestões preconizadas na tarde de hoje, nesta Assembléia.

Infelizmente não disponho do número dos contribuintes do IPE, mas posso salientar ser acessível o desconto da contribuição que é pouco mais de cinco por cento.

E orgulhosamente se pode atestar como satisfatório o trabalho assistencial desempenhado pelo IPE.

Também os funcionários públicos da Prefeitura do Município de Curitiba, contam com o seu Instituto de Previdência, como entidade específica para atendimento aos seus contribuintes.

Por certo, os demais Estados da Federação dispõem de seus IPEs e partindo desta premissa, não se vê o porquê da não generalização em relação às demais categorias profissionais.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.”

Era o que tínhamos a propôr, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a Liderança do MDB se deseja usar dos minutos regimentais.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, consulto a Liderança da ARENA se deseja ocupar o espaço de quinze minutos que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação, a presença no Plenário do Sr. Antônio Danguí, digníssimo Prefeito Municipal de Janiópolis, que se faz acompanhar do Sr. Vereador José Silva da Fonseca, daquele município.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 137/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do IVAÍ-CENTOS, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 137/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CENTRO DE TRIAGEM E OBRAS SOCIAIS DO VALE DO IVAÍ-CENTOS com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem por longos anos prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo social junto a comunidade de Jandaia do Sul e Região.

A documentação que anexamos ao presente, bem comprova o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora do Instituto de declaração de utilidade pública.

Nestas condições é que submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis do presente plano de lei que temos a certeza merecerá o apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 137/76.

O presente Projeto de Lei 137/76, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí-Centos, com sede na cidade de Jandaia do Sul.

Da análise do projeto, através da justificativa e documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento

dô Professor Carlos Bodziak Júnior, Catedrático da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Paraná.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela entrega da ponte sobre o Rio Ivaí importante obra para a região.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, bem como ao Sr. Comandante de Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, reiterando apelo no sentido de que sejam iniciadas as obras de ampliação da pista de pouso do Aeroporto de Londrina.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, reiterando apelo aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, no sentido de que a guarnição do Corpo de Bombeiros de Paranaguá seja equipada com material eficiente.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Ministério da Previdência Social, sugerindo a criação de órgãos específicos para assistência médica e aposentadoria, nos moldes dos extintos IAPs., assim como a necessária adequação de departamento coordenador e fiscalizador dos mesmos, além de estabelecimento de índices proporcionais de contribuição, variáveis conforme os salários percebidos pelo empregado, com conseqüente rebaixamento da taxa imposta ao trabalhador que percebe o salário mínimo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Comendador Orlando Ceccon.— **Aprovado.**

A Presidência antes de encerrar a sessão, lembra aos Srs. Deputados que colocará em primeira discussão e votação na sessão de amanhã, o Projeto de Lei 12/77 — Mensagem Governamental, que trata do aumento do funcionalismo público estadual.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 137/76.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 12/77.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 8.^a LEGISLATURA DA 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA. ATA DE INSTALAÇÃO

Às dezesseis horas do dia vinte e um de março de um mil novecentos e setenta e sete, na sala da Reuniões, registra-se a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes e Enéas Faria, que aqui comparecem para a instalação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Assume a presidência, na forma regimental, o Deputado Paulo Camargo, que declara abertos os trabalhos da presente reunião, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente da presente Comissão. O Senhor Deputado Ezequias Losso, com a palavra, apresenta proposição, indicando os nomes dos Senhores Deputados Renato Bernardi e Fabiano Braga Côrtes, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Submetida a votos, é a proposição aprovada. Fica

decidido, ainda, que a realização de reuniões ficará condicionada à existência de matéria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos da reunião, da qual, para constar, eu Myrthes Gomes, Secretária de Comissão, lavro a presente ata, que será pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABIANO BRAGA CÔRTEZ — Vice-Presidente
EZEQUIAS LOSSO
ENÉAS FARIA

COMISSÃO DE SAÚDE 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e sete, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Saúde, para a instalação, com a presença dos Senhores Deputados PAULO CAMARGO, DAVID FEDERMANN, JOÃO KALIL FADEL, ERNESTO DAL'OGGIO e EDILSON ALENCAR. Assumiu a Presidência na forma regimental o Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o senhor Deputado DAVID FEDERMANN, para Presidente e o Senhor Deputado ERNESTO DAL'OGGIO, para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, agradeceu a honrosa confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Saúde, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. Na oportunidade designou o funcionário LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, para exercer a função de Secretário de Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, Secretário, lavrei a presente ATA que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) DAVID FEDERMANN — Presidente
ERNESTO DAL'OGGIO — Vice-Presidente
PAULO CAMARGO — Membro
JOÃO KALIL FADEL — Membro
EDILSON ALENCAR — Membro
LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO 8.^a LEGISLATURA — 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e sete, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se conforme convocação realizada pelo Sr. deputado Loneu M. Turra, de acordo com o art. 40, § único, do Regimento Interno, a Comissão de Redação, a fim de realizar sua instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente para a 3.^a Sessão Legislativa, da 8.^a Legislatura. De conformidade com o Regimento Interno presidiu a reunião o Sr. deputado Lineu Mansani Turra, contando com a presença dos seguintes deputados: Augusto Carneiro, Werner Wanderer, Luiz A. de Oliveira e Del Ciel, membros desta Comissão. Procedido o sufrágio verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos deputados Augusto Carneiro e Lineu Turra, para Presidente e Vice, respectivamente. Assumido o cargo para o qual fora eleito o deputado Augusto Carneiro, agradece a confiança nele depositada pelos membros deste importante órgão técnico. O Sr. Presidente após determinar

de que as reuniões ficarão condicionada a existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente A T A, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

DEPUTADO LINEU MANSANI TURRA

Vice-Presidente

DEPUTADO WERNER WANDERER

DEPUTADO JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL

LÉLIO LÉLEIO G. SOTTO MAIOR

Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 582/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7230, de 16 de agosto, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do item I, do Art. 130, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LEONOR HILGERT MORAES, matrícula 068, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de doze (12) anos, tres (03) meses e onze (11) dias, assim distribuídos:

1. oito (08) anos e sete (07) dias, compreendido entre 17 de maio de 1968 e 24 de maio de 1976, em que prestou serviços à Câmara Municipal de Curitiba.

2. dois (02) meses e onze (11) dias, de serviços prestados à Câmara Municipal de Curitiba, na qualidade de Contratada;

3. vinte e oito (28) dias, correspondente ao dobro de período remanescente de férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar;

4. seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tinha direito, relativas ao primeiro quinquênio de serviço público;

5. quatro (04) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar; e

6. dois (02) anos e oito (08) meses, compreendido entre 01 de dezembro de 1955 e 31 de julho de 1958, de serviços prestados à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/1977

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 583/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7529, de 23 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a JOANA MACIEL FÁRIA, matrícula 156, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 01 de junho de 1976, data em que completou

quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/1977

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 584/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7443, de 20 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula número 079, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de quinze por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 28 de maio de 1976, data em que assumiu o cargo para o qual foi nomeada nesta Casa, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/1977

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

PORTARIA NÚMERO 507/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7994, de 14 de setembro de 1976, deste Poder.

RESOLVE:

conceder, a ELIDA DAITCHMANN, matrícula número 270, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 12 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/09/1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 508/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7915, de 10 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, YARA MARIA DE OLIVEIRA MORAES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/03/1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral